



# Viajantes, visitantes, turistas...

Em busca de conceitos em um mundo urbano

*Travelers, visitors, tourists... In search of concepts in a urban world*

*Viajeros, visitantes, turistas... En búsqueda de conceptos en un mundo urbano*

**Thiago Allis** < thiagoallis@ufscar.br >

Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Turismo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Sorocaba, SP, Brasil.

---

O presente trabalho foi apresentado na Conferência de Abertura do V Encontro de Hospitalidade e Turismo e do I Seminário Internacional sobre Políticas Públicas de turismo, organizados pela Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense, entre os dias 25 e 27 de setembro de 2013, na cidade de Niterói, RJ.

---

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

ALLIS, T. Viajantes, visitantes, turistas... Em busca de conceitos em um mundo urbano. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.23-s.38, nov. 2014.

---

REALIZAÇÃO

**ivt** Instituto  
Virtual de  
Turismo  
www.ivt-rj.net

**LTDS**  
Laboratório de Tecnologia e  
Desenvolvimento Social

APOIO INSTITUCIONAL

**PEP**  
Programa de Engenharia de Produção

**COPPE**  
UFRJ

PATROCÍNIO

**FAPERJ**  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

**Resumo:** Desde os estudos mais basilares sobre turismo, observam-se importantes tentativas de, para melhor conceituar o fenômeno, definir e qualificar viajantes, visitantes, excursionistas e turistas. Com respeito a este histórico, entendemos que, para abordagem ampla do turismo num “mundo-cidade” (AGIER, 2010), é necessário relativizar as relações entre sujeito e espaço, colocando em discussão as convenções para a qualificação do turista e, portanto, do turismo. Aporte recente na área de estudos urbanos (geografia e sociologia urbanas, principalmente) iluminam importantes questões conceituais, que ensejam outras interpretações acerca do turismo na contemporaneidade. Busca-se com este ensaio refletir sobre possíveis novos significados os “usuários de cidades” (MARTINOTTI, 1994), em linha com a ideia de que, melhor do que uma qualificação turista x não-turista, pode ser mais produtivo fixarmo-nos nos “consumidores de lugares” (SELBY, 2004), relativizando a supremacia da métrica (tempo de viagem, distância da origem, etc). De maneira ilustrativa, apresentam-se situações empíricas, como forma de estimular mais críticas sobre o tema, incluindo contestações a estas ideias transitivamente organizadas.

**Palavras-chave:** Turista; Urbanização contemporânea; Implicações situacionais.

**Abstract:** Since primary tourism studies have been undertaken, one has perceived remarkable attempts for defining and classifying travelers, visitors, excursionists, tourists... in order to better conceptualize such phenomenon. With respect to this background, we assume that it's necessary to adopt a more relative approach on the relationships between Subjects and Space in order to achieve a more amplified understanding on tourism in a “world-city” (AGIER, 2010), contesting conventional ones regarding tourists and tourism itself. Contributions from urban studies (urban geography and urban sociology, mainly) shed light on critical conceptual issues, enhancing alternative interpretations on contemporary tourism. In short, we aim to reflect on possible new meanings of “city users” (MARTINOTTI, 1994), in accordance with the thought that it might be more productive to gaze at “place consumers” (SELBY, 2004) than the tourist vs. non-tourist approach, downplaying the supremacy of metrics (travel time, distance from the origin, etc). To illustrate it, empirical situations have been presented as an effort to stimulate more critics on this topic, including contestations to the transitory ideas here presented.

**Keywords:** Tourist Governance; Tourism policy; Impacts.

**Resumen:** Desde los estudios seminales acerca del turismo, se observan importantes tentativas de definir y cualificar viajeros, visitantes, excursionistas y turistas para mejor conceptualizar el fenómeno. Con respecto a ese histórico, entendemos que, para un abordaje amplio del turismo en un “mundo-ciudad” (AGIER, 2010), es necesario relativizar las vinculaciones entre el Sujeto y el Espacio, poniendo en cuestión las conceptualizaciones convencionales de turista y, asimismo, turismo. El aporte de los estudios urbanos (geografía y sociología urbanas, principalmente) ponen luz sobre importantes cuestiones conceptuales, que suponen nuevas interpretaciones acerca del turismo en la contemporaneidad. En resumen, se propone con este artículo reflexionar acerca de los nuevos significados de “usuarios de ciudades” (MARTINOTTI, 1994), en línea con la idea de que, a lo mejor de una cualificación turista x no-turista, podría ser más productivo fijarnos los “consumidores de lugares” (SELBY, 2004), relativizando la supremacia de la métrica (tiempo de viaje, distancia desde el origen, etc). De manera ilustrativa, se presentan situaciones empíricas, como una tentativa de estimular más críticas acerca del tema, incluyendo contestaciones a esas ideas transitivamente organizadas.

**Palavras clave:** Turista; Urbanización contemporánea; Implicaciones situacionales.

## Introdução

Em geral, os escritos com propósito científico, seguindo uma métrica e lógica particulares ao mundo acadêmico, iniciam-se dizendo aonde almejam chegar ou o que se pretende. Para este ensaio, com alguma liberdade reflexiva, partimos do princípio que é importante informar o que não se pretende, especialmente porque as discussões ao redor do tema são motivo de significativas divergências, em um contexto de definições mais ou menos consolidadas. Assim, este artigo não tem por argumento-chave a ideia de que os moradores são (ou podem ser) turistas em suas próprias cidades – o que, no limite, seria uma simplificação empobrecedora da questão. Fazer isso seria assimilar pressupostos construídos noutras bases para abordar um fenômeno que, conforme argumentamos, exige referenciais mais diversificados e sutis.

Contudo, é importante ter em vista que, com a complexificação dos estudos turísticos, pouco a pouco, vai emergindo o entendimento de que “cidade boa para o turista, deve antes ser boa para o morador” – e isso é algo relativamente recorrente no linguajar de alguns gestores mais entusiastas ou estudiosos atentos aos benefícios do turismo para as comunidades anfitriãs. Entretanto, não raro, o proselitismo encobre a essência da questão, restando intenções em discurso, porém pouco avanço na teorização própria no campo do turismo. Ademais, assumindo que é imprescindível desenvolver o turismo com vistas também ao bem estar dos locais, por vezes esvai-se o bom senso, chegando a argumentações que alimentariam visões conflitivas – dito de maneira mais simples: é quase como se turista fosse um passante a se tolerar, e não que deste encontro poder-se-iam gerar bons resultados para todos os envolvidos.

Este parece ser um bom (ainda que não linear) caminho em direção a um entendimento mais articulado acerca dos sentidos do turismo na contemporaneidade, amplificando discussões e entendimentos sobre os vários significados dos “usuários da cidade” (MARTINOTTI, 1994) ou “consumidores de lugares” (SELBY, 2004) – “cidade” ou “lugar” que em geral também, mas não somente, se realiza pelo e para o turismo. Ou seja, de uma ampla avenida conceitual – pavimentada pelos estudos urbanos em vários campos disciplinares – podem-se desenhar articulações construtivas e inovadoras acerca da essência da atividade turística no mundo contemporâneo. Com um pouco de audácia, poderíamos sugerir que definições elementares para a constituição de uma tal “turismologia” (por exemplo, “turista”) acabariam por ser questionados no sentido de um construto mais aberto às questões pungentes que explicam a contemporaneidade.

## Um mundo urbano

Para se discutir o sujeito que está no centro da existência do turismo – o turista<sup>1</sup> –, entendemos que é inescapável (ou, pelo menos, assim parece ser conveniente e razoável) compreender as relações

---

1 Convém registrar que, nas últimas décadas, com grande aporte das pesquisas realizadas no Brasil, vem se relativizando a ideia de que o turismo é feito pelo e para os turistas exclusivamente, consoante ao crescimento do protagonismo das comunidades locais bem como à atenção que se dá aos grupos anfitriões nos estudos sobre turismo. Vide a longevidade e a riqueza das discussões presentes nos Encontros Nacionais de Turismo de Base Local – ENTBL, a extensão produção acadêmica sobre o tema, com grande contribuição dos pesquisadores originários das ciências sociais, ou ainda o acúmulo de um conjunto de práticas que vêm se consagrando como opção ao chamado “turismo de massa”. Partimos do princípio, tão somente, de que sem a existência e presença do turista – com atenção aos muitos significados que se lhes atribua – dificilmente poder-se-ia falar em turismo, daí porque a menção a esta conditio sine quase non para o estudo deste fenômeno.

espaciais no bojo dos estudos urbanos. Mais especificamente, cumpre reconhecer que uma tal “revolução urbana” (LEFEBVRE, 2001) está em curso há algumas décadas, projetando e constituindo uma “urbanização planetária” (BRENNER, 2013). Em linha com a teoria lefebvriana, significa dizer que não é possível compreender a organização socioespacial em função da dicotomia “campo” x “cidade”, senão mediante um exercício analítico que acerca de uma “sociedade urbana” (LEFEBVRE, 2004), que a) extrapole as análises da forma e se concentre nas funções e nos conteúdos, b) reconheça o urbano como processo e, por consequência, c) revise a ênfase apenas nas formas urbanas materiais, ou nas “aparências” (CARLOS, 2003, p. 36).

Neste sentido, com o adensamento das aglomerações urbanas ao longo do século XX, estaríamos diante de uma “urbanização do mundo” (AUGÉ, 2010), em que o “mundo-cidade” assume importância muito maior, na sua interconexão e complexidade, em contraposição a uma visão em que apenas alguns nós urbanos globais polarizam o mundo – as “cidades-mundo” ou “cidades globais” (SASSEN, 1991).

As ideias de “urbanização planetária” (BRENNER, 2013) e “urbanização do mundo” (AUGÉ, 2010) constestam a compreensão de que o mundo passou a ser uma grande cidade, ou seja, uma colossal conurbação definida pelos aspectos físico-territoriais – ainda que “ela passe pela extensão das megalópoles (as “cidades mundo”) e pelo tecido urbanizado ao longo das costas marítimas, dos rios e das grandes vias de circulação” (AUGÉ, 2010, p. 9). Mais contundente é assumir que a lógica urbana, enquanto “fenômeno, condições e paisagens” (BRENNER, 2013), define, talvez irreversivelmente, todos os aspectos da vida contemporânea, independentemente dos nomes que atribuem às formações urbanas (cidades, metrópoles, megalópoles). Afinal, não serão apenas as partes que merecerão maior atenção, senão o relacionamento e influências de diversas intensidades e escalas, mas que se de engendram no escopo global – por mais que as realizações da vida humana em espaços concretos (cidades?) sejam a face mais apreensível do processo de urbanização.

De maneira sintética, da distinção entre “urbanização concentrada” e “urbanização estendida” entende-se que “as condições e as trajetórias das aglomerações (cidades, cidades-regiões, etc.) estão conectadas analiticamente a processos de organização territorial de larga escala, circulação (do trabalho, dos bens, matérias-primas, nutrientes, energia) e extração de recursos que, ao final, estendem-se pelo espaço do mundo inteiro”. Portanto, a “dialética da implosão (concentração, aglomeração) e da explosão (extensão do tecido urbano, intensificação da conexão interespaçial de lugares, territórios e escalas) é um horizonte analítico, empírico e político para qualquer teoria crítica sobre urbanização no início do século 21” (BRENNER, 2013, p. 104).

Com efeito, para Augé (2010) “as cidades<sup>2</sup> mais importantes não podem mais ser analisadas hoje sem levar em consideração todos os equipamentos que as religam e as prendem à rede mundial de comunicação e de circulação. A ligação com os outros lugares faz parte do novo urbanismo” (p. 39).

---

2 Sobre o “vocabulários herdados” associado aos estudos urbanos – por exemplo, a própria inexorabilidade, mas pobreza de ainda usarmos a palavra “cidade”, prendendo-se às formas, numa resistência de substituição à ideia de “urbanização”, como processo –, convém destacar o ponto de vista de Brenner (2013): “é necessário um novo léxico da diferenciação espacial para confrontar padrões e caminhos emergentes na reorganização do urbano planetário. Hoje a diferenciação espacial já não assume a forma de uma divisão urbano/rural mas está articulada pela explosão do desenvolvimento de padrões e potenciais no âmbito de um tecido de urbanização global que vai se espessando, ainda que de maneira desigual. Consequentemente, os vocabulários herdados do espaço habitado, tanto vernacular quanto científico-social, pode oferecer não mais do que um ponto de partida para um exercício epistemológico. Eles podem apenas ter algum sentido crítico em um contexto que enfatize a perpétua volatilidade formações socioespaciais sob o capitalismo em vez de pressupor sua estabilização como ambientes construídos, envelopes jurisdicionais e paisagens ecológicas” (p. 99).

No contexto, uma tal “mobilidade sobremoderna” – sem perder de vista que os deslocamentos e as viagens representam um aspecto muito caro ao entendimento que se faz do turismo desde que o assunto é foco de interesse científico – “exprime-se nos movimentos de população (migrações, turismo, mobilidade profissional), na comunicação geral instantânea e na circulação dos produtos, das imagens e das informações”, correspondendo “ao paradoxo de um mundo onde podemos teoricamente tudo fazer sem deslocarmo-nos e onde, no entanto, deslocamo-nos” (p. 15-16).

**Figura 1. Mapa das conexões aéreas**



Fonte: Michael Markieta (<http://sneil.typepad.com/.a/6a00e54f9164528834019102a9607c970c-pi>)

Destas discussões, emergem questionamentos sobre fronteiras, circulação e redes, das quais é importante reter a ideia de que, quando os deslocamentos crescem vertiginosamente (aí, por óbvio, incluídos aqueles que permitem o turismo), a possibilidade de reconhecer um “dentro” e um “fora” vai se tornando cada vez mais difícil e, quiçá, anacrônica e mesmo desnecessária<sup>3</sup>. Contudo, quando se observam os referenciais que ancoram o estudo e a prática do turismo, o “ir” e “vir”, num movimento circular, são movimentos elementares para sua compreensão. Uma das muitas dúvidas que emerge é: sair de onde e ir aonde? Essas unidades de espaço – que chamamos de “origem” e “destino” – ficam cada vez mais inespecíficas e difíceis de qualificar, se e quando assumimos esta “urbanização planetária” em curso.

Tantas perguntas, no campo dos estudos urbanos, sugerem uma nova e radicalmente diferente forma de se pensar, pesquisar, observar e teorizar o urbano na contemporaneidade – basicamente, numa visão em que a noção de “cidade” sublimou. E é, mais uma vez, conveniente recuperar muitas abordagens, no campo da sociologia e da economia, que apontam os grandes aglomerados urbanos

<sup>3</sup> A OMT e outras agências nacionais não concordariam com isso, conquanto seu foco estatístico demande um condicionamento do fenômeno, permitindo contagens e análises quantitativas do turismo, o que, por essência, não chega a ser um problema (a julgar pelos propósitos que justificam a existência dessas entidades); mas certamente são insuficientes para captar toda a complexidade do turismo na contemporaneidade. Para mais detalhes sobre a atuação e a influência da OMT neste aspecto, consultar Noguero (2010).

tributários da revolução industrial europeia (cidades de então?) como causa e origem para o movimento de fuga e saída em direção a destinos turísticos mais aprazíveis (URRY, 2001).

Diante disso – e considerando que o contexto atual é invariavelmente de uma urbanidade global – parece ser bem razoável rediscutir (ou continuar discutindo) os conceitos elementares que rondam e lastreiam os estudos turísticos. Disso resulta por em crítica as definições concebidas de uma fase da organização política, social, cultural, econômica que ensejavam e demandavam reflexões e respostas de maneira mais esquemática e inflexível. Em linhas gerais, em consonância com o que aponta Noguero (2010, p. 174), “os primeiros conceitos [relacionados ao Turismo] eram disciplinares; os segundos, multidisciplinares e interdisciplinares; e os mais recentes e menos profusos, transdisciplinares ou transversais”.

Assim, avançando nas vinculações teóricas e empíricas entre turismo e urbano – e isso não permite, por exemplo, apenas discutir o turismo urbano, como mero segmento –, ensejam-se algumas possibilidades para novos entendimentos sobre a relação dos indivíduos ou grupos com os espaços na contemporaneidade – ou, dito de outra forma, as relações socioespaciais. Para o que interessa ao turismo, a figura do “turista” parece ser, sempre, o ponto de partida, quase sempre pré-concebida através de estereótipos – vide o senso comum presente normalmente na imprensa, ao entender turista apenas como o visitante estrangeiro que visita outro país – ou por convenções monolíticas, normalmente emanadas da Organização Mundial do Turismo. Por outra seara, permitir-nos transitar nesses interstícios disciplinares – estudos urbanos e turismo, se assim podem ser chamados – é uma forma de, com os olhos e o pé nas questões contemporâneas, busca ressignificações para a relação sujeito-espaço para a compreensão e também teorização sobre o turismo.

## Para repensar a condição de turista no “mundo-cidade”

Para o entendimento do conceito basilar, convencionalmente associam-se as noções de viajante (*traveller*) e visitante (*visitor*), reverberando definições de turista (*over-night visitor*) e excursionista (*same day visitor*) – que, por sua vez, serve de referência para compreender e caracterizar o que é turismo. De maneira sintética, a partir das classificações feitas pelas “Recomendações sobre Estatísticas do Turismo” (RET), de 1994, resulta que “todos os visitantes são viajantes turísticos, mas nem todos os viajantes são visitantes e, por isso, nem todos eles entra nas estatísticas de turismo: genericamente, estes (os que entram nas estatísticas) são os que não exercem uma atividade remunerada no lugar visitado” (NOGUERO, 2010, p. 180).

Em adição a essas primeiras definições, a ideia de “entorno habitual” também chama a atenção para vinculações entre aqueles sujeitos e seus espaços de relacionamento que, a partir da mesma RET, acabam por ser “extremamente vagos, equivocados e inclusive ambivalentes”, podendo ser quatro significados possíveis: lugar de domicílio, lugar de residência (morada real), lugar de trabalho ou estudo e “os vários lugares que, dentro de um raio impreciso de ação, uma pessoa frequenta (o território difuso interurbano de convivência mais ou menos diária)” (NOGUERO, 2010, p. 181).

Portanto, já se abre uma primeira lacuna para questionar como distância física ou distância-tempo qualificam a origem e o destino dos turistas. Por óbvio, esta brecha não diz respeito a todo o fenômeno turístico – a julgar os milhões de viajantes que caracteristicamente se enquadram no conceito de “visitante” (e, portanto, turista). Contudo, para o que interessa nesta discussão, podemos

partir da ideia de que as fronteiras (físicas e analíticas) acerca das fronteiras entre origem e destino são embaçadas e, ademais, não passíveis de universalização, a julgar pelas especificidades, por exemplo, das agências locais e nacionais de gestão do turismo

A estrutura básica para se entender as “dimensões geográficas do turismo”, pelo viés de um “sistema origem-ligação-destino” (PEARCE, 2003, p. 26), poderia ser tratada e compreendida sob várias escalas, inclusive no âmbito do espaço intra-urbano de grandes aglomerações – para já se construir o entendimento que os deslocamentos para dentro e para fora podem assumir diferentes leituras. Lohmann e Panosso Netto (2008) citam que o parâmetro adotado pelo Departamento de Estatística da Nova Zelândia para qualificar uma viagem como turística é o deslocamento de no mínimo 40 quilômetros, enquanto que no Canadá o mesmo critério baseia-se em um deslocamento de 80 quilômetros.

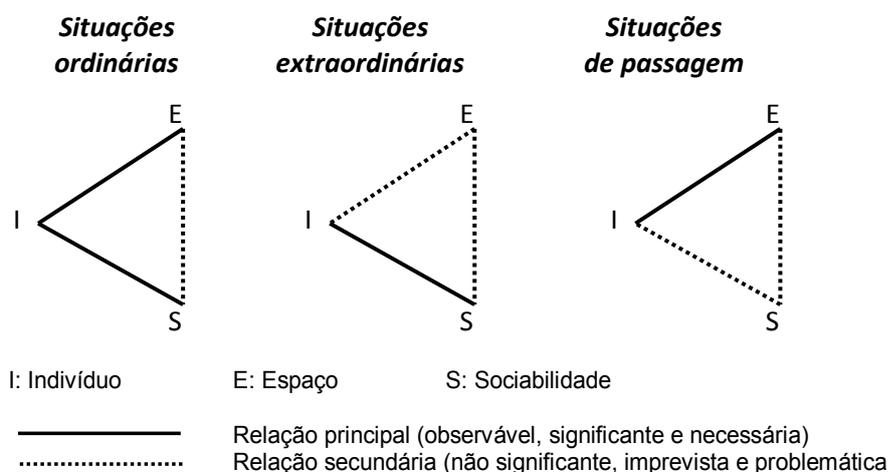
Se distinções como a anterior parecem não ser suficientes para consolidar o sentido de “entorno habitual” e “viagem turística”, seria o caso, então de perguntar: a viagem, enquanto deslocamento longo e estruturado, ainda é condição para a qualificação das atividades turísticas? Se sim, quais os tipos ou padrões de viagens (e de viajantes) são os referenciais para a definição do fenômeno? E como esses questionamentos influenciam a identificação, a observação e a definição do turismo nesta realidade urbana contemporânea – em que o sentido de fronteiras urbanas, no quesito “forma”, é duramente questionado?

Por mais simplórias (ou aparentemente retóricas) que sejam as perguntas, elas parecem fulcrais, justamente pelo fato de que o conceito, as práticas, o alcance, a forma e as tendências em torno das “viagens” e do “turismo” – e, por consequência, dos “turistas” – na contemporaneidade podem ser elementos explicativos sobre o turismo enquanto fenômeno multifacetado.

Concordando com Urry (2001, p. 29), que “o turismo resulta de uma divisão binária básica entre o ordinário/cotidiano e o extraordinário”, em que “as pessoas precisam vivenciar prazeres particularmente distintos, que envolvam diferentes sentidos, ou que se situem numa escala diferente daquela com que se deparam na vida cotidiana”, questionamos se e como as experiências em um “mundo-cidade” (AUGÉ, 2010) poderiam ser entendidas sob a égide do turismo.

Por mais ordinária que possa ser a paisagem urbana a seus moradores no âmbito concreto das urbanizações – a “urbanização concentrada” (BRENNER, 2013), os significados e interações que se processam podem perfeitamente variar, de maneira que o residente, tal qual Walter Benjamin, em muitas situações converte-se, se assim o desejar, no *flâneur*, “perambulando” pela cidade, imiscuindo-se a massas humanas que terão todos os interesses, inclusive os turísticos.

A antropologia urbana, neste particular, configura-se como uma referência bastante rica quando se busca compreender e discutir a relação do turismo com um mundo essencialmente urbano. Agier (2011) propõe um conjunto de “situações elementares da vida urbana”, que, na suas particularidades, oportunizam diferentes “implicações situacionais” (*engagement situationnel*) entre indivíduo, espaço e as sociabilidades envolvidas. Assim, “quatro grandes formas ou tipos de situação permitem descrever os diferentes momentos da relação dos cidadãos com sua cidade e dos cidadãos entre si, na cidade”, a saber: 1) situação ordinária, 2) extraordinária (ou ocasional), 3) situação de passagem e 4) ritual.

**Figura 2. Situações elementares da vida urbana**

Fonte: adaptado de Agier (2011)

Deste esquema, interessam mais fortemente as situações extraordinárias, entendidas como “ocasionais na medida em que alteram por um tempo o curso normal da vida cotidiana e não são determinadas fundamentalmente por uma localização fixa”. E tais situações ensinam a “aprender fenômenos fluidos, incertos, inacabados, que **escapam ao olhar demasiado preocupado com as estruturas materiais e institucionais**, precisamente porque se podem desenrolar a priori em qualquer lugar” (AGIER, 2011, p. 94-95, ênfase adicionada).

Portanto, do que interessa nesta argumentação, nas situações extraordinárias, desconectadas em certa medida das relações cotidianas do morador da cidade com certos espaços, podem-se ensejar estranhamentos e relacionamentos de curiosidade e interesse, por mais que, alguns desses espaços sejam objeto de familiaridade. De maneira muito simples, é quando um cidadão, no final de semana se surpreende com um detalhe de certas construções ou área da cidade, por suas características arquitetônicas, mesmo que tenham alguma vivência corrente com essas porções do tecido urbano.

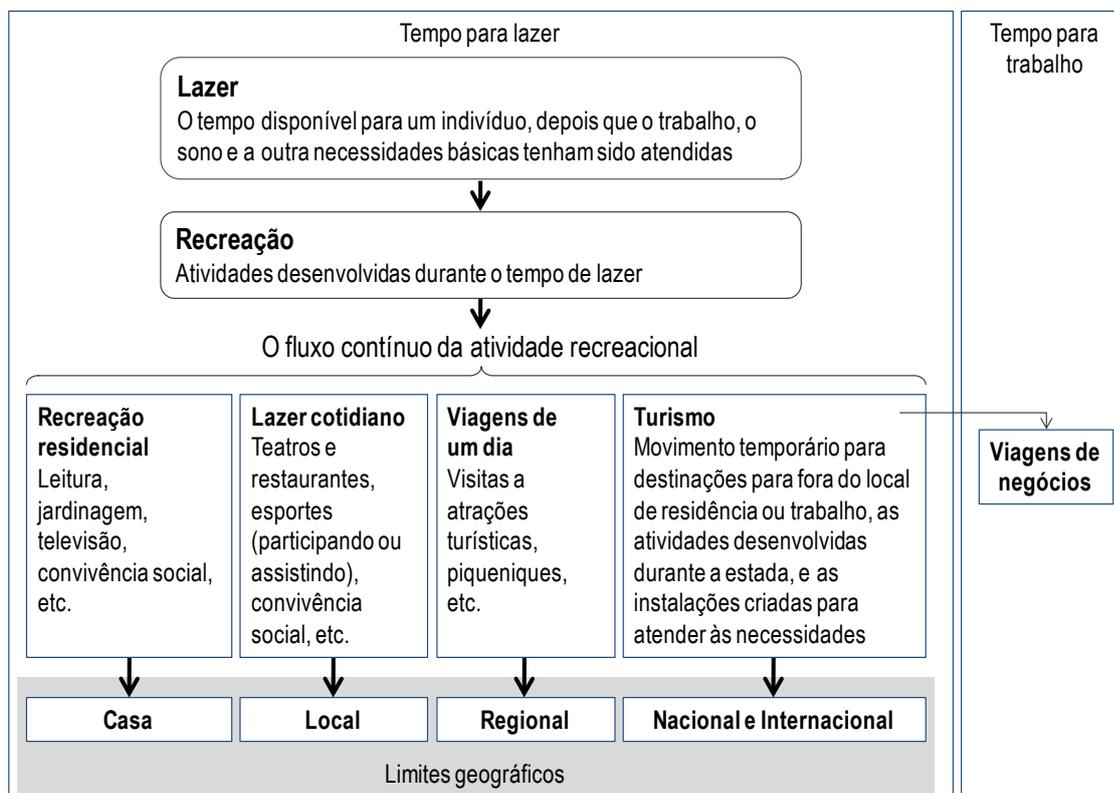
Neste ponto, convém aportar uma visão mais específica sobre o tema:

**residentes consomem [em certas situações extraordinárias, nós acrescentaríamos] a cidade de maneiras similares aos turistas[...]. Eles desfrutam as mesmas atividades que os visitantes turistas e consomem a nova cultura urbana.** Em certos casos, em grandes cidades, isso pode ser claramente entendido como um caso de turismo interno: residentes visitam partes das cidades que são novas para eles ou que oferecem atrativos particulares, como as áreas centrais (MAITLAND, 2010, p. 178, ênfase adicionada).

Contudo, convém ponderar uma questão exacerbada por Maitland (2010), uma vez que a diferença é sutil, porém existe: tratar vários grupos sob a rubrica de turismo urbano não significa igualá-los em uma única categoria de usuários da cidade (MARTINOTTI, 1994). Neste sentido, aparece a dificuldade de ler, com outras lentes, algo que simplesmente seria categorizado como “lazer cotidiano”, desempenhados na escala local e, portanto, pelos próprios moradores de uma cidade (Fig. 4). Com efeito, este é o entendimento sistemático, que divide em grupos distintos “turistas” de

“não-turistas” e, de fato, é bastante razoável. Entretanto, se assumimos as formas urbanas são menos importantes do que os processos que as engendram – na direção de uma “urbanização planetária” – podemos aceitar que novas interpretações podem surgir, com proposições esquemáticas diferentes.

**Figura 3. Inter-relações entre lazer, recreação e turismo**



Fonte: adaptado de Cooper et al, 2003

Os processos espaciais não se concretizam de forma cartesiana, de maneira que os lugares turísticos de grandes cidades, diferentemente de outros destinos onde o turismo prevalece sobre outras atividades e usos espaciais, poderão ser – e efetivamente serão – os mesmos das atividades habituais da cidade, em que todas as atividades se misturam para conferir a vitalidade e a diversidade da cidade contemporânea.

No contraste com a figura do “habitante”, os “usuários da cidade” seriam, segundo Martinotti (1994) os sujeitos centrais da urbanidade contemporânea<sup>4</sup>. Sua argumentação expõe relacionamentos entre os espaços da grande cidade e os vários tipos de usuários, ficando patente como a gestão urbana atualmente encerra, cada vez mais, soluções que não podem ser dicotomicamente entendidas taxativamente como ‘para moradores’ ou ‘para turistas’. Para o autor,

<sup>4</sup> O autor propõe uma periodização em três tempos para a “morfologia social das cidades”: uma primeira vencida quando a “cidade tradicional” emerge como “metrópole de primeira geração; a “metrópole de segunda geração”, feita e consumida essencialmente por “usuários da cidade”; as “cidades globais” dos “executivos metropolitanos, um estágio ainda não atingido e, por fim, uma projeção virtualizada da cidade “a-espacial”, sublimada nas suas formas físicas pela generalização do uso das tecnologias da informação. Desta proposta, merece reter-se a ideia de que, sem apontar “turistas” como um sujeito específico, o turismo é parte das atividades praticadas pelos usuários da metrópole de segunda geração.

movimentar pessoas se tornou um empreendimento por si só, e muito importante com várias facetas: turismo, combinação de negócios e lazer típico dos executivos metropolitanos (que vivem entre as cidades e ou na cidade) mas também migração de trabalhadores e daqueles em busca de trabalho (...) Hoje os grandes centros metropolitanos e suas funções econômicas são cada vez mais influenciados pelo crescimento da população de usuários de cidade. Mais do que cidades para os habitantes, elas são cidades para convidados e visitantes (MARTINOTTI, 1994, s/p)

Nesse sentido, não é possível identificar claramente e dentro de limites muitos rigorosos, quem são os turistas. O turismo (de maneira fluida, ou seja, em suas partes) acaba se misturando à dinâmica espacial na contemporaneidade. Em termos práticos: qualquer lugar, hoje em dia, parece que está se preparando para receber “turistas” – mesmo que sejam do bairro ao lado. A lógica da estruturação do espaço e o comportamento dos usuários assemelham-se muito à sistemática mais convencional do turismo...

Em conclusão a esta discussão, pode-se dizer que o sujeito do turismo não é o “turista”, senão o “consumidor de lugar”, categoria que engloba todos que consomem ou experienciam a cidade. E este consumo não está vinculado apenas ao consumo econômico, senão a todas as situações que ensejam experiências urbanas – portanto, incorporando a noção de consumo do lugar pela experiência da visita. Esta concepção se afasta da ideia de cidade como “produto” na acepção de Page (1995), Law (2002) e Ashworth e Voogd (1990). De maneira mais completa, a proposta é a seguinte:

[O] termo “consumidor de lugar” é usado no contexto de consumo ou leitura de textos culturais, incluindo tanto paisagens, quando representações de destinações turísticas. Portanto, não denota o “consumidor” como entendido pelos profissionais de marketing. O termo “consumidor de lugar” é preferido em detrimento de “visitantes” e “não-visitantes”, uma vez que os residentes também consomem as representações e as paisagens das destinações turísticas urbanas (SELBY, 2004, p. 86).

## Observações empíricas: tentativas de ilustração

As áreas centrais (mas não somente) normalmente concentram boa parte das atrações turísticas de uma grande cidade; ali, os vários sujeitos, do ponto de vista espacial, particularizam os espaços (gestando, portanto, territórios turísticos) e consomem as paisagens. Nesta abordagem, é difícil (supondo que interessante) discernir usuários específicos para territórios particulares. O importante é que o comportamento dos seus usuários se assemelha, tornando, na dinâmica espacial, difícil uma diferenciação entre as características precisas de seus usuários. O importante é que existe uma conformação urbana, em que uma parte significativa desses usuários estão desfrutando de atividades entendidas como turísticas.

No que tange ao rebatimento espacial dessas considerações, a dinâmica dos fluxos de turismo urbano estarão definidas por parâmetros muito particulares, que se subsumem na complexidade de funções urbanas. Portanto, quaisquer porções do tecido urbano poderão ensejar o turismo, desde aquelas formalmente reconhecidas como espaços de fruição turística (normalmente relacionadas a atividades de lazer, entretenimento e recreação) até expressões espaciais mais corriqueiras – ou cotidianas (MAITLAND, 2010) ou ainda ordinárias que se convertem em extraordinárias momen-

tamente (AGIER, 2011), que, em princípio, representariam aspectos banais da paisagem urbana. O simples ato de frequentar a praia pode se cobrir de múltiplos significados para vários públicos, e inclusive para os mesmos públicos em situações e momentos diferentes (ao longo do dia, da semana, do ano...).

#### Figura 4. Praia de Ipanema (Rio de Janeiro)



Fonte: foto do autor (2013)

Ainda assim, certas centralidades turísticas podem emergir nas cidades, definidas pela injunção entre interesses dos visitantes – o “olhar do turista” (URRY, 2001) – e estruturas materialmente concentradas, visíveis na manifestação dos elementos que atraem tais interesses e necessidades dos visitantes, como os de meios de hospedagem, atrativos turísticos, facilidades (táxis, restaurantes, serviços de informação)– lembrando, contudo, que existem certas facilidades e espaços que se dividem na sua função de atender ao turista e ao morador.

Por mais que não seja fácil – ou mesmo possível – isolar o “uso específico de espaços na experiência urbana dos visitantes” (HAYLLAR et al., 2008, p. 8), alguns elementos podem aparecer como dominantes no contexto urbano, como infraestrutura, rede de serviços e facilidades turísticas. Este é o caso dos atrativos (ou atrações) turísticos, elemento básico do turismo urbano, que “oferece aos visitantes atividades passivas e também mais ativas que ocupam o tempo de suas visitas” (PAGE, 1995, p. 70).

Pearce (1995), em estudo sobre Paris, chama atenção para “a interação dos visitantes com outras redes de usuários deve ser levada em conta já que os mesmos lugares podem se constituir como partes significativas dos espaços cotidianos dos moradores (PEARCE, 1995, p. 94). Contudo, existem também iniciativas de segregação, mediante intervenções de natureza monofuncional– onde o turista, em uma visão idealizada e, por vezes, estereotipada – é visto como público-alvo ideal.

Estes seriam os casos dos “não lugares” (AUGÉ, 1994) ou das “bolhas turísticas” (JUDD, 1999), com tudo o que a artificialização traz de negativo. A propósito, há muitas argumentações – por

exemplo, Yázigi (2009), que insiste que Puerto Madero (Buenos Aires), um projeto urbano facilmente categorizável como bolha turística, continua sendo parte do tecido urbano da cidade e, estando aberto à visitação e fruição, é um lugar turístico, em essência<sup>5</sup>.

**Figura 5. Puerto Madero (Buenos Aires)**



Fonte: foto do autor (2011)

Por este viés, então, seria possível ter turismo no âmbito da cidade, inclusive porque os critérios não são rígidos e, mais ainda, porque a dinâmica urbana de grandes aglomerações impõe situações menos convencionais do que os deslocamentos das viagens turísticas convencionais (por rodovias ou deslocamentos aéreos). Assim, o turismo no espaço urbano – na acepção da “urbanização concentrada” (BRENNER, 2013) – pode ser entendido como manifestação de “processos socioespaciais intra-urbanos significativos” (VILLAÇA, 2001, p. 26), que tampouco foram suficientemente estudados até o presente. Ademais, reconhecer o “papel dos deslocamentos espaciais do ser humano como especificador do espaço intra-urbano” permite ampliar a compreensão sobre as formas e os significados do turismo urbano em grandes cidades. Para o autor, não basta explicar certas configurações espaciais, faz-se urgente “explicá-las e articular a explicação com as transformações dos demais elementos da estrutura urbana” (VILLAÇA, 2001, p. 36).

A opinião de Pearce (2003), neste particular, é especialmente esclarecedora, conquanto expõe a insuficiência conceitual das definições técnicas sobre turismo e turista para o entendimento da complexa dinâmica do turismo urbano

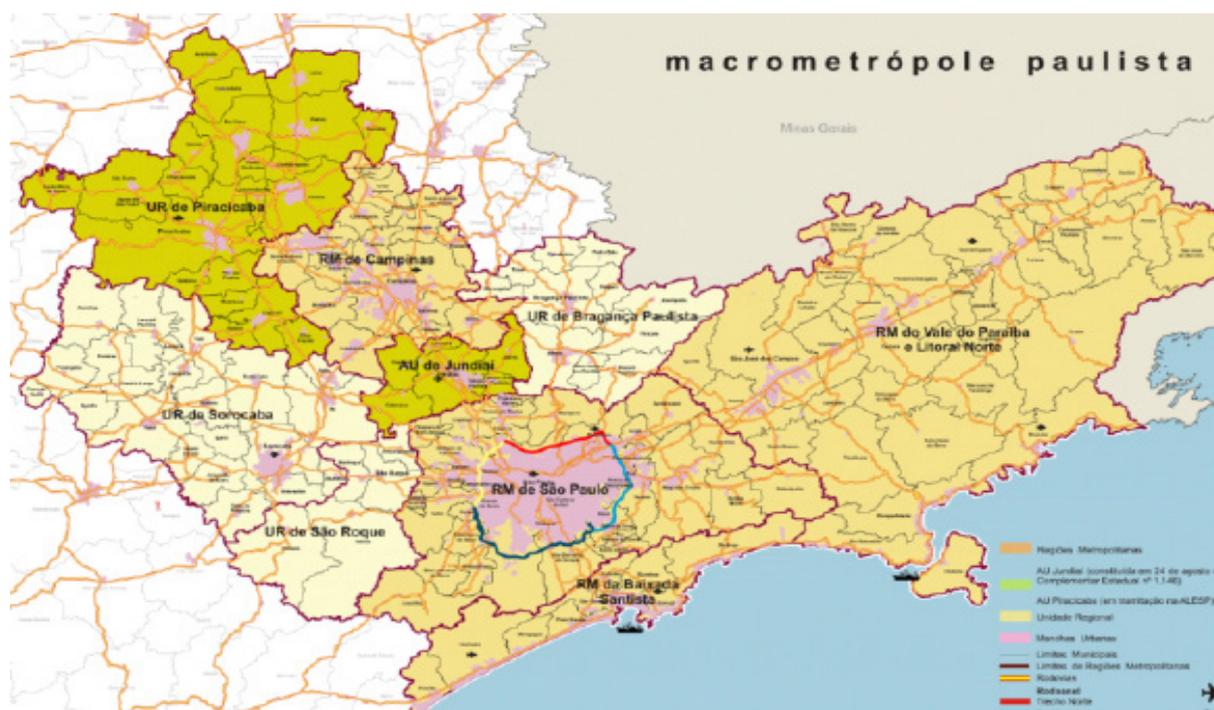
Exceção feita ao setor de acomodações, **são poucas as instalações e serviços que, utilizados pelos turistas, são especialmente construídos ou oferecidos para eles.** Assim, eles compartilham com os residentes locais – e isso em graus variados – os serviços de transporte, lojas, restaurantes, catedrais, museus, teatros e outros (PEARCE, 2003, p. 305, ênfase adicionada).

<sup>5</sup> Para uma compreensão mais apurada sobre grandes projetos urbanos e suas vinculações com o turismo, recomenda-se leitura da tese original (ALLIS, 2012, Cap. 2).

No fundo, a despeito da semântica, o importante a ter em vista é a coincidência espacial, ou seja, independentemente do local de residência do visitante, existem convergências espaciais para certas partes da cidade, cujas experiências urbanas são fruídas por vários tipos de visitantes – inclusive moradores em seus momentos de lazer.

Particularmente no que se refere a São Paulo, não se deve perder de vista as discussões sobre urbanização dispersa, encetadas por Reis (2006), pois as noções de lugar e distância são profundamente alteradas quando o tecido urbano se esgarça, para além dos limites imagináveis às centralidades históricas da cidade. O entendimento deste processo, sem dúvida, acrescenta importantes subsídios para a compreensão do lazer e do turismo em São Paulo, atualmente. Para o autor, “[a] cidade tradicional, de tecido contínuo, com limites razoavelmente definidos, já não é a regra. A cidade não morreu, nem desapareceu. [...] Cada morador se dirige para uma direção, percorrendo 10, 20, 50 e às vezes até mais de 100 quilômetros, todos os dias ou em alguns dias por semana” (REIS, 2006, p. 80-1). Nessa “reorganização da vida cotidiana”, na direção de um “provincianismo metropolitano”, as interações espaciais do morador dessa macrometrópole – que se estende por um raio de até 150 quilômetros – são cada vez mais fragmentadas, do ponto de vista da percepção, e intensamente mediadas por longos deslocamentos.

**Figura 6. Macrometrópole Paulista – Complexo Metropolitano Expandido**



Fonte: EMPLASA ([http://www.emplasa.sp.gov.br/newsletter/maio/imagens/macro\\_grande.png](http://www.emplasa.sp.gov.br/newsletter/maio/imagens/macro_grande.png))

Disso resulta que, nos momentos de tempo livre, ao escolher os atrativos turísticos da “cidade tradicional” – ou optar por qualquer outra atividade no núcleo da região – é possível imaginar que o comportamento destes moradores, em certos aspectos, venha a se assemelhar – porém, não completamente, se igualar – ao de turistas. Basta que para isso, diferentes “situações extraordinárias” se interponham, chamando à curiosidade da interação com espaços urbanos normalmente objeto de “situações ordinárias”.

Exemplo clássico é a Virada Cultural, realizada desde 2005 em São Paulo, e que ano a ano vem recebendo alguns milhões de pessoas. Ao estimular uma fruição diferenciada dos espaços da cidade, faz com que moradores entretendam-se com atividades em espaços rotineiros, mas agora de maneira extraordinária. Em 2013, quase 90% dos participantes residiam na Capital ou na Grande São Paulo – portanto, classicamente, não podem ser considerados turistas. Contudo, seu comportamento e interação com a cidade, em situações extraordinárias, eventualmente os assemelhariam ao que se subentende ser o elemento motivador dos turistas – a curiosidade. Ademais, o consumo de espaço – ali definida pelas atividades culturais em espaços públicos – dificilmente poderia ser diferenciado entre um morador e um turista. Portanto, as sociabilidades dos indivíduos com o espaço – de ordem extraordinária (afinal, a Virada Cultural subverte o cotidiano quando o assunto é a fruição cultural na cidade) – equiparam todos os tipos de participantes.

## Considerações preliminares

Este ensaio sintetiza algumas discussões ensejadas pela participação do autor em mesa redonda durante o V ENHTUR, em Niterói (RJ). Assim, ainda que lastreadas em pesquisa corrente, existem lacunas e inconsistências em muitas das argumentações, especialmente porque, sendo um processo em curso, há ainda novos aportes e reflexões mais apuradas a se fazer. Portanto, é essencial registrar o caráter transitório ou preliminar destas considerações, que, se não são conclusivas, ao menos projetam alguma luz para discussões ainda em estágio muito embrionários – especialmente porque, como exposto, as definições ou conceituações históricas das instituições tradicionais de turismo ainda se impõem e, mesmo com teorização relativamente escassa (mas com enquadramentos operacionais potentes), reverberam de maneira inercial sobre os estudos de turismo.

Do ponto de vista da política urbana, conceber ações que seduzam o morador para fruir sua própria cidade nos momentos de lazer não gerará receita com “dinheiro novo” para a economia urbana, contudo, conterà saída de divisas. Portanto, desconsiderar este sujeito-morador nos estudos turísticos pode significar um equívoco, especialmente para as formas de turismo que se observam em grandes aglomerações urbanas. Daí, portanto, a argumentação de que, de toda a oferta turística de uma cidade, boa parte é consumida simbólica e também comercialmente por moradores da cidade ou do entorno habitual, sujeitos que os conceitos e as instituições de turismo consagradas não reconhecem como sendo turistas. Isso se dá, provavelmente, por duas razões:

- A ênfase economicista para a sistematização, estudo e planejamento do turismo, fortemente influenciada pela OMT desde meados do século XX - turistas podem trazer “dinheiro novo” para as economias locais, mas a circulação de moradores dentro de sua própria cidade escapa às contagens e medições condicionadas por tais princípios, especialmente porque não adquirem serviços turísticos convencionais (principalmente acomodação) e
- A consagração do modelo espacial sistêmico, cujos princípios perpassam muitos outros, fazendo com que os destinos turísticos sejam entendidos em função das conexões com os pólos emissores (de onde partem os turistas) - fosse aplicado à realidade dos destinos, poder-se-ia imaginar a lógica do sistema no âmbito dos pólos receptores tradicionais, e que os deslocamentos entre os pontos de interesse formassem rotas específicas e o mesmo valeria para o pólo emissor (rotas de deslocamento internas, sem que, necessariamente, os moradores tenham de se deslocar a um pólo receptor – destino-turístico para fruir de experiências urbanas, que estão no cerne do turismo urbano).

Como deve ter ficado explícito, o cerne do problema não é apenas a semântica, senão o vício de desconsiderar todas as possibilidades vinculadas ao lazer urbano – e toda a gama de possibilidades espaciais relacionadas à vida urbana contemporânea.

Conceitualmente, turista e morador são passíveis de participar de uma mesma dinâmica espacial, ainda que suas origens geográficas e o grau de familiaridade e estranhamento com a cidade sejam diferentes. Não vemos motivo, portanto, para não se considerar, de maneira conjugada, essa constatação nos estudos e nas medidas de planejamento e gestão do turismo hoje em dia. Na prática, isso fará com que os estudos do turismo – inclusive no que diz respeito à sua influência na formação de quadros profissionais – abarquem de maneira mais rica os desafios de uma sociedade urbana contemporânea.

## Referências bibliográficas

AGIER, M. **Antropologia da cidade: lugares, situações e movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011 (Antropologia Hoje);

ALLIS, T. **Projetos urbanos e turismo em grandes cidades: o caso de São Paulo**. Tese de Doutorado, FAU/USP. São Paulo. Brasil. 2012.

ASHWORTH, G. J.; VOOGD, H. **Selling the city: marketing approaches in public sector urban planning**. Londres: Belhaven, 1990.

AUGÉ, M. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL, UNESP, 2010.

BRENNER, N. **Thesis on urbanization**. Public Culture, vol 25, n. 1, p. 85-114, 2013.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003 (Coleção Repensando a Geografia).

COOPER, C.; FLETCHER, J.; WANHILL, S.; GILBERT, D.; SHEPPERD, R. **Turismo: princípios e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003 (2001).

HAYLLAR, B.; GRIFFIN, T.; EDWARDS, D. (Orgs.). **City spaces, tourist places: urban tourism precincts**. Oxford: Elsevier, 2008.

LAW, C. M. **Urban tourism: the visitor economy and the growth of large cities**. 2. ed. Londres: Continuum, 2002.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001 (1970).

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2004 (1968).

LOHMANN, G.; PANOSSO NETO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

MAITLAND, R. "Everyday life as a creative experience in cities". *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research*, v. 4, n. 3, 2010, p. 176-185.

MARTINOTTI, G. **The new social morphology of cities**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/most/wien/guido.htm>>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

NOGUERO, F. T. El concepto del turismo según la OMT. In: NECHAR, M. C.; PANOSSO NETO, A. **Epistemología del turismo: estudios críticos**. México: Trillas, 2010, p. 174-201.

PAGE, S. **Urban tourism**. Londres: Routledge, 1995.

PEARCE, D. G. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003. (Série Turismo).

REIS, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

SASSEN, S. **The global city: New York, London and Tokyo**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SELBY, M. Consuming the city: conceptualizing and researching urban tourist knowledge. **Tourism Geographies**, v. 6, n. 2, p. 186-207, 2004.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 2001. (Coleção Megalópolis).

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Stúdio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.

YÁZIGI, E. A. **Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo**. São Paulo: Plêiade, 2009.